ANÁLISE DAS PRODUÇÕES TEÓRICAS RECENTES SOBRE EDUCAÇÃO NO/DO CAMPO: UM OLHAR PARA AS TESES E DISSERTAÇÕES A PARTIR DO ENSINO DE GEOGRAFIA

Francisco Tomaz de Moura Júnior
PPGGeo/UFJ
E-mail: franciscotomaz@discente.ufj.edu.br

Kamila Santos de Paula Rabelo
PPGeo/UFG
E-mail: kamila.rabelo@discente.ufg.br

Resumo:
Discutir a produção do conhecimento de certa ciência é uma tarefa muitas vezes delicada. Isso é, por mais acurado e cuidadoso que possa ser, a eleição de indexadores apresenta sempre limites o que, entretanto, não diminui a validade e necessidade dessa atividade. Nesse sentido, traçou-se como objetivo entender os fundamentos teórico-metodológicos que subsidiam as pesquisas sobre Educação no/do Campo, tendo como referência o ensino de Geografia. Para isso, realizou-se o levantamento das produções teóricas – dissertações e teses – sobre esse campo; o levantamento se deu a partir do Banco de Dissertações e Teses da CAPES para os anos de 2019 e 2020. Diante disso, foi realizada a análise e categorização dos trabalhos, dando-se maior ênfase àquelas cujas temáticas e discussões eram ligadas ao campo. A partir da análise desses trabalhos foi possível constatar: a importância da Educação no/do Campo na (re)produção social do camponês, a importância do papel do Estado e suas mudanças, após o processo de *impeachment* sofrido por Dilma Rousseff, na relação com os movimentos sociais o que, fatalmente, conduziu a uma precarização ainda maior das condições da luta por uma educação pública, universal e de qualidade socialmente referenciada e que atenda as especificidades do campo e seus sujeitos. Todavia, apesar do contexto de precarização, as produções teóricas apontam para um esperançar freiriano, ou seja, para persistência da luta e da mobilização social por uma sociedade mais justa e democrática.

Palavras-chave: Estado do conhecimento; Políticas públicas; Ensino de Geografia.

Introdução

A Educação no/do Campo, surge enquanto reivindicação e luta dos movimentos e entidades sociais, dentre as diferentes perspectivas, tem-se de modo especial o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) que, no final dos anos de 1990 e início dos anos 2000, estabelece entre suas principais reivindicações a universalização do ensino público para o campo; ao mesmo tempo, contrapunha-se a chamada “educação rural”, isto é, uma educação

urbana transferida tal qual para o campo, sendo, neste caso, o campo apenas o cenário de ocorrência.

Diferentemente da "educação rural", a Educação no/do Campo, nascida nesse período, resgatou conceitos como o trabalho camponês, e o próprio camponês, enquanto categoria política de luta pela terra. Para isso, incluiu-se no rol dos camponeses todos aqueles – trabalhadores do campo, quilombolas, indígenas, etc. – que direta ou indiretamente vivem e tem no campo seu meio de vida, resgatando seu sentido histórico e político no desenvolvimento do capitalismo e da luta pela terra (CALDART, 2012).

Nesse sentido, faz-se necessário entender a Educação no/do Campo inserida num contexto mais amplo da sociedade e do modo de produção. Logo, apesar da luta por uma Educação no/do Campo se dar no âmbito de políticas pública de universalização e manutenção de uma escola pública, democrática, de qualidade socialmente referenciada e que atenda as demandas e especificidades do sujeito do campo; suas condições e contradições não podem ser desvinculadas de lutas e reivindicações sociais mais amplas, a exemplo da Reforma Agrária.

Isso significa, portanto, que, para se entender o processo de luta por uma Educação no/do Campo, é preciso entender o próprio processo de constituição do campo brasileiro, bem como entender suas contradições e conflitos, em especial, a luta pelo acesso à terra, por condições dignas de trabalho, pela produção de alimentos saudáveis. Em suma, por uma sociedade mais justa e igualitária.

Desse modo, objetivou-se entender os fundamentos teórico-metodológicos que subsidiam as pesquisas sobre Educação no/do Campo, tendo como referência o ensino de Geografia.

Procedimentos da pesquisa

A pesquisa bibliográfica foi realizada a partir do Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), entre julho e setembro de 2021. A pesquisa tem como base a metodologia Estado do Conhecimento, isto é, a busca e mapeamento das produções científicas de determinada área.

Além disso, ela permite

> [...] discutir uma certa produção acadêmica [...] tentando responder que aspectos e dimensões vem sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminários (FERREIRA, 2002, p. 257).

Utilizou-se como indexador a expressão "ensino de Geografia" e os filtros: grande área do conhecimento "ciências humanas"; área de conhecimento "Geografia". A partir disso, foram identificadas 131 dissertações e 58 teses que foram categorizadas nos seguintes eixos: Avaliação; Currículo; Educação ambiental; Educação no/do Campo; Formação e atuação profissional; Fundamentos teórico-metodológicos do ensino de Geografia; Geografia e movimentos sociais[1]; Livro didático; Políticas educacionais; e Prática de ensino, conforme o Quadro 1:

Quadro 1 - Total de trabalhos identificados (2019-2020)

Temática principal do trabalho	2019	2020	TOTAL
Avaliação	1	1	**2**
Currículo	5	3	**8**
Educação ambiental	1	3	**4**
Educação no/do campo	4	9	**13**
Formação e atuação profissional	18	25	**43**
Fundamentos teórico-metodológicos do ensino de Geografia	3	2	**5**
Geografia e movimentos sociais	1	0	**1**
Livro didático	7	5	**12**
Políticas educacionais	7	10	**17**
Prática de ensino	44	40	**84**
TOTAL	**91**	**98**	**189**

[1]O eixo "Geografia e movimentos sociais" diz respeito a trabalhos que pesquisaram o ensino de Geografia e sua relação com os movimentos sociais, todavia, enquadrou-se aqui aqueles movimentos sociais que não apresentam vinculação direta com o campo.

Fonte: CAPES, 2021. **Organização:** autores, 2021.

A opção por esses indexadores e pela abordagem da Educação no/do Campo a partir do ensino de Geografia se deve, especialmente, ao fato de que aquela consiste numa área de ensino e pesquisa multidisciplinar. Isto é, ainda que a Geografia tenha, por sua tradição e história, um papel imprescindível nos estudos e pesquisas sobre o campo, pode-se estudar e pesquisar essa temática a partir de outras disciplinas como História, Biologia, Sociologia ou mesmo de cursos específicos de Educação no/do Campo.

Nesse sentido e com o intuito de aprofundar a discussões a partir do ensino de Geografia, tomou-se, de maneira mais detida, como objeto de análise os 13 trabalhos enquadrados dentro do eixo "Educação no/do Campo", sendo 9 dissertações e 4 teses, conforme o Quadro 2.

Quadro 2 – Trabalhos que abordam a Educação no/do Campo a partir do ensino de Geografia

Nível do trabalho	Ano	Autor	Título do trabalho	Instituição
Dissertações	2019	Antonio Tiago Rodrigues da Cruz	O ensino de geografia na infância e as salas multisseriadas das escolas do campo: realidades, tensões e perspectivas no município de Cedro-PE	USP
	2019	Rodrigo Ferreira Costa	Território Rural do Bolsão (MS): análise das escolas no campo e da produção acadêmica sobre Educação do Campo	UFMS/Três Lagoas
	2019	Denilson Barbosa dos Santos	Prática docente de Geografia em Educação do Campo no Assentamento Buenos Aires do município De Caxias-MA	UFPI
	2019	José Pedro Cabrera Cabral	Desafio e perspectivas da Educação do Campo: uma análise em Porto Nacional-TO	UFT
	2020	Emilio Lopes de Sousa	Educação do campo em território camponês: o estudo de caso da Escola de Ensino Médio Francisca Pinto dos Santos, no assentamento Antônio Conselheiro, Ocara-CE	UFC
	2020	Ana Margarida Piani Ferreira	Da territorialização do agronegócio à desterritorialização das escolas do campo em São Francisco de Assis-RS	UFSM
	2020	Crislane da Silva Oliveira	Educação do campo e a experiência da Escola Família Agrícola (EFA) no contexto da produção do espaço rural no município de Anagé-BA	UESB
	2020	Humberto Arleo Petrarca	Educação do campo, território e cinema "Lá Fora": o caso da EMCEF Maria Manoela da Cunha Teixeira	UFSM
	2020	Joaquim Bezerra Lima	A pedagogia do MST na jornada de alfabetização do Maranhão: os elementos e as contribuições para uma	Unesp/São Paulo

			educação emancipatória no município de Governador Newton Bello	
Teses	2020	Heloisa Vitoria de Castro Paula	A educação do campo está na universidade: territórios e projetos em disputa na institucionalização dos cursos de licenciatura em educação do campo	UFU
	2020	Ubiratan Francisco de Oliveira	Cartografias ontológicas de educadoras do campo da região do Bico do Papagaio-TO	UFG
	2020	Maria José Costa Fernandes	A escola no Assentamento Rural do Lado de Cá: Reforma Agrária na visão dos profissionais da educação e jovens do campo em Mossoró-RN	UFPE
	2020	Dimar Rodrigo Rossetto	Desafios das licenciaturas em Educação do Campo no estado do Paraná: lutas e conquistas das lideranças camponesas (2007-2020)	UFSM

Fonte: CAPES, 2021. **Organização:** autores, 2021.

Dos trabalhos encontrados, a exceção do trabalho "Território Rural do Bolsão (MS): análise das escolas no campo e da produção acadêmica sobre Educação do Campo" de Rodrigo Ferreira Costa, todos foram analisados, conforme será discutido nas seções posteriores. O motivo de não se realizar a análise desse trabalho deve-se ao fato de que não foi possível encontrá-lo no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, nem no Repositório Institucional da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS).

Fundamentação teórica

Desde o final dos anos 1990, com o I Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária (ENERA) até os dias atuais, passando pela constituição do Fórum Nacional de Educação do Campo (FONEC) e outros marcos da luta por uma educação pública, universal e de qualidade para os trabalhadores; a Educação no/do Campo viveu momentos de avanços e recuos, bem como as políticas para a agricultura camponesa.

Conforme Caldart (2012, p. 262):

> De 2004 até hoje, as práticas de educação do campo têm se movido pelas contradições do quadro atual, às vezes mais, às vezes menos conflituoso, das relações imbricadas entre campo, educação e políticas públicas. Houve avanços e recuos na disputa do espaço público e da direção político-pedagógica de práticas e programas, assim como na atuação das diferentes organizações de trabalhadores, conforme o cenário das lutas mais amplas e da correlação de forças de cada momento. O enfrentamento das políticas

neoliberais para a educação e para a agricultura continua como desafio de sobrevivência.

Esses recuos se tornaram especialmente agressivos a partir de 2016, com a deposição da presidenta eleita Dilma Rousseff, mediante a ocorrência de um golpe judiciário-midiático-parlamentar. Entre os principais retrocessos ocorridos, pode-se agrupar em duas esferas centrais da sociedade: a luta pela terra (paralização da Reforma Agrária, criminalização dos movimentos sociais) e o avanço do neoliberalismo sobre a educação brasileira (congelamento dos gastos, reformas curriculares, etc.).

Nesse sentido, o modelo neoliberal e sua concepção de "Estado-mínimo", isto é, de redução do Estado nas esferas ditas "não-produtivas" (saúde e educação, por exemplo) implica, dentre muitas consequências, num conjunto de tragédias docentes que vão desde a perca de direitos trabalhistas até a repressão policial as manifestações de professores e alunos (SHIROMA, *et al.*, 2017).

Essas tragédias docentes se acirram a partir do golpe judiciário-midiático-parlamentar em 2016, alçando Michel Temer ao cargo de Presidente da República. A partir daí, tem-se um aceleramento de reformas educacionais que oscilam entre um neoliberalismo econômico (entendimento da educação enquanto gasto, flexibilização do currículo, formação profissional, avanço da Educação à Distância – EaD, etc.) e um conservadorismo moral (Escola Sem Partido - ainda que, o projeto de lei que institui essa agenda conservadora não tenha sido aprovado).

Esse duplo movimento pode ser visto no Projeto de Lei nº 867/2015 que insere o Programa Escola Sem Partido nas Diretrizes e Bases da Educação Nacional (DCNs), atualmente em tramitação na Câmara dos Deputados; a Emenda Constitucional nº 55/2016, conhecida como "PEC do teto de gastos" que limitou o investimento em saúde e educação por 20 anos; a Lei nº 13.415/2017, inicialmente Medida Provisória nº 746/2016, que estabeleceu a reforma do ensino médio, entre outras reformas curriculares e das condições de trabalho.

Esse novo período marca o que Cleps Júnior (2018) chama de "uma nova onda neoliberal", em clara referência aos governos FHC (1995-2001), tem na luta pela terra consequências como: 1) extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); 2) uma política de titulação definitiva de lotes de assentamentos permitindo sua comercialização e,

consequentemente, favorecendo a reconcentração de terras; e 3) uma política de regularização fundiária legitimando áreas de grilagem.

Todo esse movimento de precarização das condições do campo – das quais a Educação no/do Campo é elemento constituinte – foram agravadas a partir de 2018 com a eleição de um governo que, sob muitos aspectos, flerta com o autoritarismo e com o anticientificismo.

Alentejano (2020) analisando a política do governo Bolsonaro, adverte para um aprofundamento de questões que já estavam delineadas no governo anterior (suspensão de qualquer processo de desapropriação de terras para a Reforma Agrária, demarcação indígenas ou quilombola; titulação definitiva de terras; e regularização de áreas de grilagem, especialmente, na Amazônia). O elemento novo, imposto por esse governo, consiste na brutalidade e velocidade que os movimentos sociais são reprimidos e criminalizados.

Desse modo, o atual governo consiste numa da total paralisação da Reforma Agrária, da não demarcação de terras, do intenso processo de criminalização e repressão dos movimentos sociais (especialmente, do MST) e das lutas indígenas e quilombolas pela garantia dos seus territórios. Além disso, tem-se um incentivo à violência não-estatal seja pela impunidade, seja pela fragilização dos órgãos e legislações que visam coibir os conflitos do/no campo (ALENTEJANO, 2020).

Em todos os aspectos listados e discutidos até aqui, a atuação do Estado se mostra central seja na definição e implementação de políticas públicas para o campo, seja na reformulação de todo o sistema educacional mediante a imposição de novas diretrizes. Desse modo, o entendimento da realidade, em geral, e das condições e possibilidade da Educação no/do Campo perpassa, minimamente, o entendimento do Estado.

O Estado no modo de produção capitalista consiste num Estado de classes. Isso é, encontra-se na necessidade de moderação dos conflitos sociais, na necessidade de se evitar que os antagonismos de classes destruam as próprias classes e, consequentemente, a sociedade. Para isso, o Estado é progressivamente abstraído da sociedade que o criou, sendo colocado numa "instância superior", isento de qualquer suspeita.

A partir disso, ele é apropriado por uma classe ou fração de classe sem, contudo, formar um todo homogêneo ou harmônico. Em verdade, tem-se uma permanente disputa pelo controle

do Estado que, a partir de alianças de classe, ou de grupos dentro de uma mesma classe, cria-se certa governança o que, contraditoriamente, não elimina seu caráter classista.

Dessa forma, o Estado enquanto instrumento de dominação de classe adquire um sentido particular, uma vez que, para ser legítima, a classe dominante precisa exercer seu interesse de classe afirmando que suas ações estão são em benefícios de todos. Para isso, as instituições do Estado e seus agentes precisam se colocar e serem colocados como apartados dos interesses sociais (interesses de classe), avocando uma suposta imparcialidade.

Pode-se, portanto, afirmar que no capitalismo, o Estado enquanto Estado da classe dominante, deve garantir seus interesses (estabilidade monetária, livre circulação de capitais e força de trabalho, a propriedade privada, etc.). Isso, contudo, não ignora as disputas pelo Estado e suas contradições internas (HARVEY, 2005).

Assim, a partir das reflexões teóricas e do Estado do Conhecimento levantou-se alguns elementos para a análise das produções teóricas sobre Educação no/do Campo. Entre os elementos destacados, têm-se: 1) entendimento da Educação no/do Campo; 2) a compreensão do papel do Estado; e 3) a fundamentação teórica dos processos educativos.

Resultados e discussões

Dos trabalhos analisados, a totalidade apresenta um entendimento da Educação no/do Campo como uma estratégica política de luta pela terra. Isso significa a defesa de uma Educação no/do Campo que favoreça a permanência na terra, a (re)produção do sujeito enquanto camponês, a valorização da agroecologia como alternativa ao capitalismo perverso, o trabalho coletivo e a luta por uma sociedade mais igualitária e justa.

Soma-se a isso, o destaque dado por alguns trabalhos à constituição nas Instituições de Ensino Superior (IES) de cursos de Licenciatura em Educação do Campo, entendido como um importante avanço no sentido da profissionalização de professores cujo processo formativo se deu com base nas especificidades e características do campo e de seus sujeitos.

Igualmente importante, e também destacado pelos trabalhos, estão as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica no Campo (BRASIL, 2001). Essas Diretrizes, não sem

contradições e problemas, representam conquistas e passos importantes a desenvolvimento de uma Educação no/do Campo, devendo ser valorizada e melhorada, sendo a luta por sua real implementação um passo necessário.

Essa defesa, contudo, contrasta com diferentes formas de precarização das escolas do campo. Entre elas, podem-se destacar aquelas de ordem mais geral: perca de financiamento, falta e alta rotatividade de professores qualificados e atentos às especificidades do campo, baixos salários e condições de infraestrutura precárias; além de outras, mais específicas, como o ensino em turmas multisseriadas que, muitas vezes, limita-se ao processo de alfabetização (CRUZ, 2019).

Também na totalidade dos trabalhos, tem-se reforçado o entendimento e destaque que deve ter o Estado na promoção de uma educação pública, universal e de qualidade, sendo referenciada a partir das peculiaridades do campo. Para isso, entre os principais desafios encontrados no que diz respeito ao papel do Estado – seja na esfera municipal, estadual ou federal – diz respeito a não-garantia de condições mínimas de profissionalização docente.

Um exemplo pode ser visto na pesquisa de Silva (2019) que, estudando a realidade de Porto Nacional (TO), constata dificuldade de acesso às escolas do campo, falta de incentivos financeiros e de estruturas que permitam o desenvolvimento de práticas pedagógicas que conduzam ao ensino-aprendizagem.

Nesse sentido, é imprescindível ressaltar, a luta por escolas do campo consiste também na luta pela constituição de um território camponês (OLIVEIRA, 2020). Esse território, por sua vez, incorre, em realidade, na apropriação de uma fração do território nacional, mediante um processo de territorialização no qual são estabelecidos vínculos em que a (re)produção da vida camponesa se dá.

Como adverte Fernandes (2012, p. 746):

> O *território camponês* é o *espaço de vida do camponês*. É o lugar ou os lugares onde uma enorme diversidade de culturas camponesas constrói sua *existência*. O *território camponês* é uma unidade de produção familiar e local de residência da família, que muitas vezes pode ser constituída de mais de uma família. Esse território é predominantemente agropecuário, e contribui com a maior parte da produção de alimentos saudáveis, consumidos principalmente

pelas populações urbanas (grifos do autor).

Por último, um importante achado da pesquisa corresponde à importância dada aos estudos de Paulo Freire na fundamentação das pesquisas. Esse destaque é ainda mais relevante tendo em vista que, no ano de 2021 se comemorado o centenário de nascimento desse importante professor, pesquisador e intérprete da realidade brasileira.

Entre os principais conceitos e ideias elencadas e citadas pelo autor está a necessidade de romper com a educação bancária (FREIRE, 2018). Essa necessidade está alinhada a outra: a importância da produção de intelectuais e professor orgânicos, isto é, a formação e qualificação de sujeitos pertencentes ao campo e aos movimentos sociais para o ensino em escolas do campo. Essa preocupação é apresentada, por exemplo, nos trabalhos de Lima (2020) e Rossetto (2020).

Diante das discussões travadas até aqui, pode-se salientar, remetendo a Freire (2002), é preciso esperançar. Isso é, é preciso ter esperança de que as lutas e conquistas sociais, por mais distantes que pareçam, sejam possíveis, engajando-se na sua luta e conquista. Assim, como ele ensinou, não devemos ser esperançosos por teimosia, mas por uma necessidade histórica e social.

Considerações finais

Em vista do que foi exposto, trilhou-se um caminho que vai do levantamento bibliográfico das produções teóricas sobre ensino de Geografia; dentro desse levantamento se privilegiou os trabalhos que versavam sobre Educação no/do Campo. A análise desses trabalhos por sua vez permitiu compreender o estado recente da produção do conhecimento sobre a temática.

Desse modo, após a análise das produções teóricas (dissertações e teses), sobre Educação no/do Campo, defendidas nos últimos anos em Programas de Pós-graduação em Geografia, é possível constatar:

1. A Educação no/do Campo consiste numa estratégia de luta pela terra e pela permanência na terra;

2. O Estado, mediante a criação e implementação de políticas públicas, tem um importante papel na garantia das condições de realização da Educação no/do Campo;
3. Há um movimento de precarização das parcas condições (materiais, legais, etc.) da Educação no/do Campo;
4. A luta por uma educação pública, universal e de qualidade socialmente referenciada, adequada às peculiaridades do campo e seus sujeitos, vem sendo agravada pelas reformas educacionais recentes;
5. Apesar dos ataques recentes sofridos pelos setores progressistas da sociedade (movimentos sociais, classe trabalhadora, etc.), há um esperançar freiriano que move esses sujeitos em suas lutas por uma sociedade mais justa e democrática.

Referências

ALENTEJANO, P. R. R. As políticas do governo Bolsonaro para o campo: a contrarreforma agrária em marcha acelerada. **Revista da ANPEGE**, Dourados, v. 16, n. 29, p. 353-392, 2020. DOI: 10.5418/ra2020.v16i29.12434.

BRASIL. **Parecer CNE/CEB nº 36/2001:** Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Brasília: MEC, 2001.

CALDART, R. S. Educação do campo. In: CALDART, R. S.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs.). **Dicionário de educação do campo**. Rio de Janeiro/São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Expressão Popular, 2012. p. 259-267.

CLEPS JÚNIOR, J. Descaminhos da reforma agrária no contexto das reformas neoliberais e da crise política-institucional no Brasil. **Revista Okara**, João Pessoa, v. 12, n. 2, p. 649-663, 2018.

CRUZ, A. T. R. **O ensino de Geografia na infância e as salas multisseriadas das escolas do campo:** realidades, tensões e perspectivas no município de Cedro-PE. São Paulo: PPGH/FFLCH/USP, 2019. Dissertação de mestrado.

FERNANDES, B. M. Território camponês. In: CALDART, R. S.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs.). **Dicionário de Educação no Campo**. Rio de Janeiro/São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Expressão Popular, 2012. p. 746-750.

FERREIRA, N. S. A. As pesquisas denominadas "estado da arte". **Educação & Sociedade**, São Paulo, n. 79, p. 257-272, ago. 2002.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança**. 9ª. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 65ª. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2018.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

LIMA, J. B. **A pedagogia do MST na Jornada de Alfabetização do Maranhão:** os elementos e as contribuições para uma educação emancipatória no município de Governador Newton Bello. São Paulo: IPPRI/Unesp, 2020. Tese do doutorado.

OLIVEIRA, U. F. **Cartografias ontológicas de educadoras do campo da Região do Bico do Papagaio-TO**. Goiânia: PPGeo/IESA/UFG, 2020. Tese de doutorado.

ROSSETTO, E. R. **Desafios das Licenciaturas em Educação do Campo no estado do Paraná:** lutas e conquistas das lideranças camponesas (2007-2020). Santa Maria: PPGGEO/UFSM, 2020. Tese de doutorado.

SHIROMA, E. O. et al. A tragédia docente e suas faces. In: EVANGELISTA, O.; SEKI, A. K. (Orgs.). **Formação de professores no Brasil:** leituras a contrapelo. Araraquara: Junqueira&Marin, 2017. Cap. 1, p. 17-58.

SILVA, L. M. **Desafios e perspectivas da Educação do Campo:** uma análise em Porto Nacional-TO. Porto Nacional: UFT, 2019. Dissertação de mestrado.